



Ministério da Educação – Brasil
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM
Minas Gerais – Brasil
Revista Vozes dos Vales: Publicações Acadêmicas
Reg.: 120.2.095 – 2011 – UFVJM
ISSN: 2238-6424
QUALIS/CAPEs – LATINDEX
Nº. 12 – Ano VI – 10/2017
<http://www.ufvjm.edu.br/vozes>

A questão agrária em Minas Gerais

Prof^a. MSc. Camila Amaral Pereira
Doutoranda em História Econômica pela Universidade de São Paulo – USP-Brasil
Mestre em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Estadual de Campinas-
Unicamp-SP-Brasil
Docente da Universidade Federal Vale do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM - Brasil
<http://lattes.cnpq.br/7654130803218532>
E-mail: camilaeconomia@outlook.com

Ana Silva Nepomuceno Mota
Graduada no Curso de Ciências Econômicas da UFVJM/TO.

Resumo: Este trabalho teve como objetivo identificar o problema da divisão de terras no Brasil, analisando, por meio do processo histórico e por meio de dados, os impactos desse processo no estado de Minas Gerais. Conclui-se que a necessidade de um novo conceito de se fazer reforma agrária no país persiste, pois, a desigualdade territorial continua a exercer grandes efeitos de desigualdades sociais, sobretudo no quesito má distribuição de renda. Destaca-se a importância de se continuar a pesquisa, pois muitos outros aspectos precisam ser analisados, como educação de qualidade, oportunidades no mercado de trabalho, acesso a bens culturais, para se entender a relação da divisão das terras e as esferas da sociedade brasileira.

Palavras-chave: questão agrária; Brasil; Minas Gerais.

Introdução

As disputas em torno do acesso à terra no Brasil, aqui entendida como “questão agrária”, remontam ao processo de colonização do território, com uma progressiva incorporação ao domínio dos colonizadores portugueses que, por meio da criação de grandes unidades produtivas voltadas para a exportação de produtos tropicais, de alguma maneira determinou o destino do modo de apropriação da terra no Brasil.

Segundo Stédile (2005), tivemos durante quatro séculos (1500-1900) um modelo econômico capitalista agroexportador. No período colonial, a terra estava sob controle absoluto da Coroa e da Monarquia. Essa foi distribuída na forma de concessão de uso aos capitalistas que obtinham recursos para comprar escravos e desenvolver cultivos que interessassem à metrópole.

Assim, a terra se manteve atrelada aos interesses da metrópole, e sua organização de produção baseada no sistema de produção caracterizado por grandes propriedades monocultoras, produzindo para exportação e baseado no trabalho escravo. Essa organização de produção, denominada “*plantation*”, ainda sobrevive, apesar de algumas tentativas de redistribuição de terras, contribuindo para o aumento da desigualdade social no país.

Sendo assim, analisamos a Questão Agrária com o objetivo de procurar mostrar de que forma os problemas da questão fundiária, ou seja, a desigualdade da distribuição de terras no Brasil, afetaram e afetam as relações econômicas no país, sobretudo em Minas Gerais, e quais os impactos sociais e econômicos dessa estrutura.

A questão agrária em Minas Gerais

Vamos analisar a questão agrária de Minas Gerais nos anos 1990 devido à importância política e econômica do estado no cenário nacional e sua dimensão territorial, além das fronteiras com outros estados importantes do Brasil. Sendo assim, partimos da análise histórica de formação do estado de Minas, buscando entender a questão fundiária e suas desigualdades regionais e sociais.

Contexto histórico

Apesar da especificidade histórica da formação de Minas Gerais, observamos que a mesma segue a dinâmica brasileira, devido à sua heterogeneidade, com algumas regiões mais dinâmicas que outras, e também a formação de sua estrutura, que se caracterizou por trabalho escravo e produção para exportação.

Além disso, a exploração do ouro e o interesse pela mineração nessa região foi que levou à necessidade da formação de uma organização interna sob o domínio dos portugueses. Nesse sentido, destaca-se a sua estrutura de povoamento, que parte do centro para as extremidades, formando assim as regiões de exploração de ouro e pedras preciosas realizadas por meio de trabalho escravo.

Segundo Arruda (1989 *apud* PEREIRA, 2016, p. 46), é perceptível pelo menos duas dimensões temporais no processo histórico de formação do estado, sendo o século XVIII o apogeu da mineração e o século XIX destaca-se com a agricultura sobrepondo a mineração e demais atividades. Essa mudança se estende até meados do século XX.

O que vai ao encontro com o autor Celso Furtado, em seu livro “Formação econômica do Brasil” (2007) que ao estudar a atividade econômica da região, pós mineração, relata “comunidades isoladas, atrofiamento da economia monetária, população desarticulada, baixíssima produtividade”.

A principal atividade econômica mineira no século XX era o café, mas não se tratava de uma produção dominante, visto que o estado de São Paulo detinha maior parte da produção desse produto, o que, inclusive, atraía imigrantes para a região. Porém, existiam outras atividades econômicas em Minas.

Segundo Pereira, “nas palavras de Diniz (1981), além das exportações relacionadas ao café, existiam em Minas, nas primeiras décadas do século XX,” “atividades relacionadas à pecuária, ao queijo, vários produtos agrícolas, fumo, indústria têxtil, siderurgia, entre outras.” (DINIZ, 1981, p. 113).

É importante explicar que nessa época tinha-se a “ideia de atraso econômico” um relevante elemento intrínseco à questão do desenvolvimento, que, em Minas, surgiu conforme DULCI (2005) no sentido de uma possível “estagnação”, oriunda da comparação das Minas “oitocentistas” rica do período áureo.

Essa percepção de atraso apontava na necessidade de insistir em potencialidades inexploradas da região, bem como na recuperação econômica, tema dominante na agenda política estadual do século XX¹. (idem).

Para o autor Wirth (1982), Minas Gerais podia ser definida como um “mosaico”, pois era desarticulada nos planos geográfico e econômico:

É fundamental o fato de Minas não ser uma região, mas um mosaico de sete zonas diferentes ou sub-regiões (Norte, Sul, Leste, Oeste, Centro, Triângulo, e Mata Mineira) [...] Por um lado, este estado heterogêneo, que perfaz 07% do Brasil, refletia o impulso histórico de outras unidades além das fronteiras políticas da região. Por outro lado, cada zona desenvolveu-se numa linha diferente de tempo, dando ao estado uma longa história de crescimentos desarticulados e descontínuos. Em suma, essas sete zonas em que se costumam dividir o estado apresentam histórias particulares e problemas especiais que desafiam as soluções comuns. (WIRTH, 1982, p. 41).

Nenhum centro urbano, incluindo a capital, polarizava esse conjunto². A carência de vias de transporte e de meios de comunicação era sempre apontada como fator de atraso econômico, na medida em que dificultava o intercâmbio entre as diversas partes do estado. De fato, o isolamento de algumas zonas as mantinha praticamente confinadas em produção para subsistência; outras faziam parte do mercado, mas gravitavam em torno de pólos comerciais de fora, em parte devido ao fato geográfico de que Minas depende dos portos do Rio de Janeiro, de São Paulo e do Espírito Santo para exportar e importar. Assim, a estrutura econômica mineira

¹No decorrer do século XX, o Brasil vivenciou um rápido processo de crescimento econômico, notadamente a partir da década de 30, em plena crise mundial. Esse crescimento foi mais acentuado em determinadas regiões do país do que em outras e, como consequência, as disparidades inter-regionais aumentaram. Nesse período de início do processo de industrialização brasileira, o crescimento econômico no País ocorreu com profundas desigualdades regionais, concentrando-se a atividade econômica nas regiões sudeste e sul. Essa discrepância entre crescimento das diversas regiões brasileiras resultou em debates políticos e acadêmicos sobre a necessidade de se criar políticas públicas adequadas. Esse debate começou a ter maior repercussão em meados da década de 50, quando ao lado de políticas governamentais de desenvolvimento, persistia grande desnível entre crescimento econômico das diversas regiões brasileiras e de conjuntura adversa no nordeste.

²A então capital de Minas Gerais, a cidade de Ouro Preto, não apresentava alternativas viáveis ao desenvolvimento físico urbano, o que gerou a necessidade da transferência da capital para outra localidade. O local escolhido em 1893, Cidade de Minas oferecia condições ideais: estava no centro da unidade federativa, a 100 km de Ouro Preto, o que muito facilitava a mudança. Em 1901, a Cidade de Minas teve seu nome modificado para o atual, em virtude da dualidade de nomes, já que o distrito e a comarca se chamavam Belo Horizonte.

aparecia como uma colcha de retalhos, sem suficiente integração orgânica de suas atividades. (DULCI, 2005, p. 116).

A fim de acumular capital em Minas Gerais para investir endogenamente, Minas vai em busca do desenvolvimento regional, no sentido de tentar aumentar e assegurar o acúmulo de capital interno voltado para o benefício de sua sociedade. Por meio de mudanças que garantam a ampliação de seu mercado, a partir de transformações estruturais (mudança de longo prazo na sua estrutura, modificando o espaço), que pode ser iniciada por decisões de governo, pela educação (aqui pautada no exemplo de Universidades), investimento industrial, entre outros.

Será realizado um panorama simplório desses três itens logo abaixo. É importante frisar que não relatamos todas as decisões de governo de Minas no decorrer do século XX e XXI, nem todas as universidades criadas e muito menos todos os investimentos industriais na região.

Decisão do governo³:

O estado, em busca da “restauração econômica”, convocou os representantes dos diversos setores produtivos de Minas ao primeiro Congresso Agrícola, Industrial e Comercial, em maio de 1903, na capital Belo Horizonte - MG. A preocupação do governo era discutir a instabilidade da economia do estado com suas classes produtoras, para traçarem um projeto baseado na diversificação produtiva e no intento de explorar os potenciais do mercado interno. Ao observar essa política não significa que deu certo em sua totalidade no decorrer dos anos, porém já começaram a pensar mais no mercado mineiro, na necessidade de atrair recursos e de diversificar a produção (isso, antes de 1930, que é considerado o marco do desenvolvimentismo do Brasil). Entre outras políticas mineiras no decorrer do tempo.

³No Brasil, em meados da década de 1950, tem-se a presença de políticas governamentais de desenvolvimento, dado o desnível entre crescimento econômico das diversas regiões brasileiras e de conjuntura adversa por exemplo: no nordeste. Foi criado o grupo de estudos GTDN (Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste), sob o comando de Celso Furtado e, posteriormente, foi criada a SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), iniciando uma fase de maior coordenação das políticas regionais. Esse modelo foi estendido para a região norte, com o Polo Industrial de Manaus e foram criadas agências específicas como a SUDAM e a SUDECO, sendo esta orientada para o desenvolvimento da região centro-oeste.

Educação:

Minas Gerais desde sua formação tinha importantes universidades, como: A Escola de Minas de Ouro Preto (EMOP), inaugurada em 1876, voltada para o estudo de engenharia de minas. Lembrando que neste estado se encontra o Quadrilátero Ferrífero, uma região da mineração brasileira⁴. E a construção da Escola Superior de Agronomia e Veterinária (ESAV) em 1922, na cidade de Viçosa, para introduzir o ensino agrícola, entre outras posteriormente.

É importante notar que essas universidades foram construídas ou nos primeiros povoamentos de Minas, ou bem próximos a eles (ambas na região zona da mata), porém, os primeiros profissionais formados nessas universidades foram trabalhar em outros estados, dado que as melhores oportunidades de trabalho se encontravam fora de Minas.

Investimento industrial⁵:

Em relação ao investimento industrial mineiro, só começam depois dos anos 1940, principalmente com: a Companhia Vale do Rio Doce (hoje denominada Vale) criada em 1942 para a exploração das minas de ferro. A Cidade Industrial (atual cidade de Betim, próximo a capital) e a Usina Hidrelétrica de Gafanhoto, inauguradas em 1946. A criação da Cemig: o Plano de Eletrificação de Minas Gerais em 1952. E em 1976 chega a Fiat Automóveis ao Brasil, localizada na cidade de Betim (de novo, localizado no centro de Minas). O governo de Minas Gerais concedeu diversos benefícios à montadora italiana, em impostos, infraestrutura e participação acionária para que fosse instalada na região.⁶ Segundo Diniz (1981), o investimento industrial mineiro só aconteceu com apoio do Estado.

⁴Que se estende entre as cidades de Belo Horizonte (NW), Itabira (NE), Ouro Preto (SE) e Congonhas (SW). Ocorrem aqui jazidas de ferro (Fe), manganês (Mn), ouro (Au), bauxita e pedras preciosas, como topázio e esmeralda.

⁵No Brasil, prevaleceu o diagnóstico de que a solução para a aludida disparidade de renda regional passava, necessariamente, pelo aumento da industrialização nas regiões deprimidas por meio de concessão de incentivos fiscais e creditícios que motivassem empresas a se instalarem nessas regiões. A partir dos anos 1970/1980, a política de desenvolvimento regional coordenada nacionalmente deu lugar à guerra fiscal, quando cada estado federado se transformou numa espécie de “caixeiro viajante”, buscando atrair novos investimentos, especialmente aqueles relacionados ao capital internacional, em troca de incentivos e isenções fiscais.

⁶Essa ação é conhecida como guerra Fiscal: disputa, entre estados, para ver quem oferece melhores incentivos para que as empresas se instalem em seus territórios. O que é um reflexo da desigualdade regional do país.

A breve análise do desenvolvimento regional mineiro observada nos três pontos acima, nos mostra que: estavam apoiados fortemente no Estado (devido à desarticulação desse espaço, e a falta de recursos econômicos), e que a maioria das instituições foram criadas no centro de Minas Gerais (e que nem todas lograram acúmulo de capital interno para o estado), dado que a região foi criada do centro para as extremidades, assim, o maior povoamento ainda estava no centro mineiro, bem como seus interesses políticos e econômicos.

As microrregiões do estado

De acordo com o IBGE, em 2016, Minas Gerais é o quarto estado com maior área territorial do Brasil, e o segundo em quantidade de habitantes. Além disso, limita-se ao sul e sudoeste com São Paulo, a oeste com Mato Grosso do Sul, a noroeste com Goiás e Distrito Federal, a norte e nordeste com Bahia, a leste com Espírito Santo e a Sudeste com o Rio de Janeiro. Como podemos observar no mapa abaixo:

Mapa da Localização de Minas Gerais



Fonte: Elaboração própria. 2017.

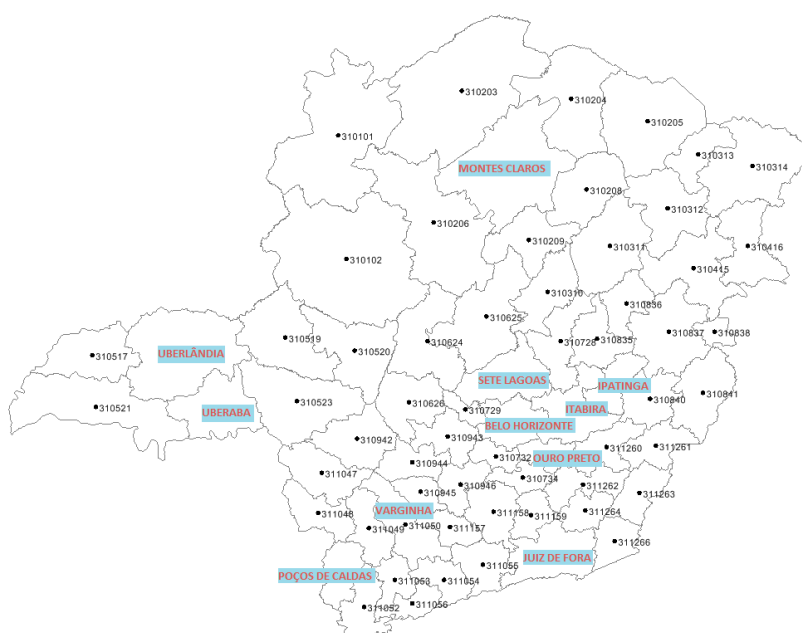
Em termos de diversidade, o estado é um excelente objeto de estudo dos padrões de desenvolvimento brasileiro⁷. Pois, Minas Gerais tem a quarta maior área

⁷Baseadas em ferramentas estatísticas para análise de dados socioeconômicos, com ênfase no cálculo de indicadores, construção e análise de um banco de dados sobre desenvolvimento, com base em dados do IBGE e do IPEA, utilizando os programas SPSS e *Philcarto*. É importante frisar que a palavra desenvolvimento — econômico, social, cultural, político — é um conceito complexo e só pode ser definido por meio de simplificações, que incluem decomposição de alguns de seus aspectos e aproximação por algumas formas de medidas. E neste trabalho, utilizamos a palavra desenvolvimento no sentido de descrever as diversas características de uma região, tanto no âmbito

do Brasil, a segunda maior população e o maior número de microrregiões (como veremos a seguir).

Minas Gerais abrange 66 microrregiões que englobam 853 municípios. Dentro das microrregiões com maior Produto Interno Bruto (PIB) estão Belo Horizonte, Uberlândia e Juiz de Fora.

Mapa das Microrregiões com maiores PIB de Minas Gerais



e
: Elaboração própria. 2017

Para melhor analisar as características do desenvolvimento do estado, é interessante agrupá-lo em regiões que apresentem características semelhantes (por meio do programa *Philcarto*⁸ e utilizando o método de *Ward*⁹, foi possível dividir

educacional, como na urbanização, na renda, na desigualdade social, saúde, infraestrutura, entre outras.

⁸O *Philcarto* é um programa de utilização livre que permite produzir cartografia temática, desenvolvido por Philippe Waniez. (Mais informações em: <http://philcarto.free.fr/>)

⁹Segundo Hair *et al* (2005), o método de *Ward* consiste em um procedimento de agrupamento hierárquico no qual a medida de similaridade usada para juntar agrupamentos é calculada como a soma de quadrados entre os dois agrupamentos feita sobre todas as variáveis. Esse método tende a resultar em agrupamentos de tamanhos aproximadamente iguais devido a sua minimização de

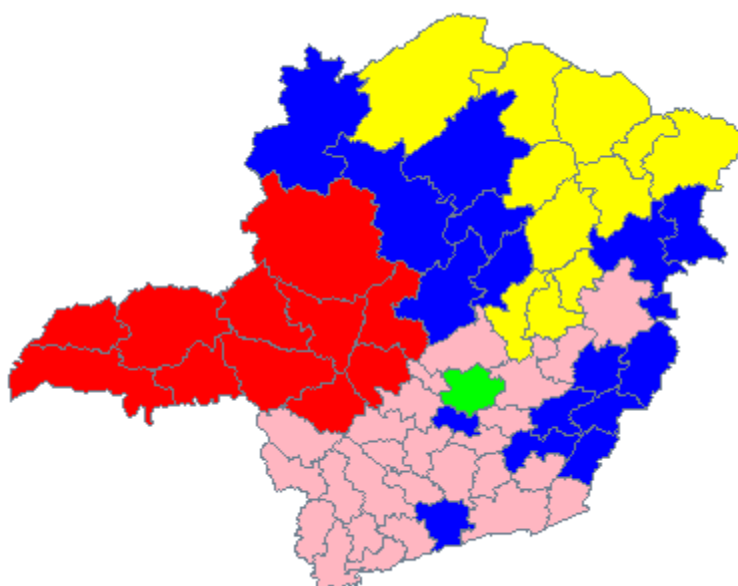
Minas Gerais em 05 *clusters* com uma explicação da variância de 66,58%, que é significativo).

Os *clusters* foram formados por meio da análise de 16 variáveis, como por exemplo, um índice que relaciona a população bovina sobre a população rural, outro índice que relaciona PIB industrial sobre PIB total e outros indicadores de infraestrutura, renda, entre outros.

É importante lembrar que mais variáveis tinham sido extraídas, porém foram cortadas, pois não enriqueciam a caracterização das regiões, apontando suas singularidades.

Cinco clusters de Minas Gerais

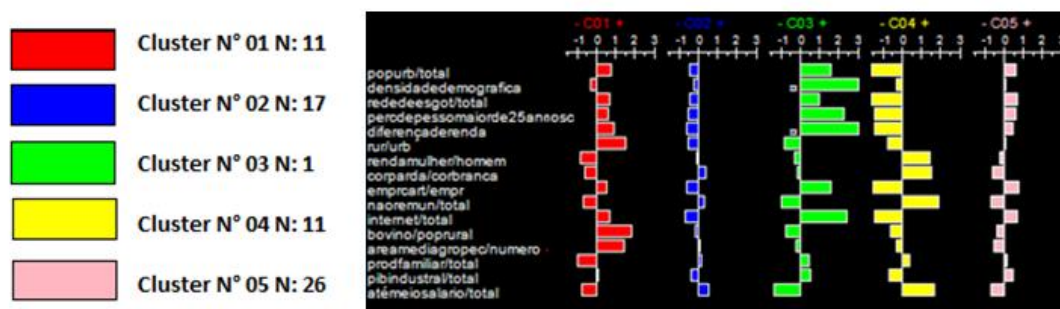
A) Mapa de MG



Fonte: Elaboração própria (2015)

variação interna. Em cada estágio, combinam-se os dois agrupamentos que apresentarem menor aumento na soma global de quadrados dentro dos agrupamentos. Ver mais em: HAIR, J. F., et al. *Análise multivariada de dados*. Trad. Adonai S. Sant'Anna e Anselmo C. Neto. 5 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005

B) Clusters



Fonte: Elaboração própria (2015)

Cluster 01: O oeste de Minas – O triângulo Mineiro e a pecuária

O *cluster* 01 é composto por 11 microrregiões, dentre elas, Uberaba, Araxá e Paracatu. A microrregião com maior PIB é Uberlândia, localizada no Triângulo Mineiro. O *cluster* apresenta o maior índice de ruralização dentre todos (em média, a área rural representa 92% em relação a área urbana).

Na região é forte o setor agropecuário, com grande concentração de bovinos em relação à população rural, um número aproximadamente três vezes maior do que a média do restante do estado. Há a presença de empresas frigoríficas e processadoras de alimentos (Ex: Sadia, Cargil, Monsanto) que alugam fazendas para a criação de bovinos e aves, setor que tem se expandido muito no estado. Tanto é que, nos últimos anos, o Triângulo Mineiro é a região que mais tem recebido investimentos e mais empregos tem gerado.

Além disso, na região de Uberlândia e Uberaba, há a presença de portos secos (ou EADI – Estação Aduaneira do Interior), um tipo de Zona de Processamento de Exportação (ZPE). Entretanto, os indicadores de desigualdade social analisados são os piores do estado. A renda da mulher é, em média, 60% da renda do homem; a renda dos habitantes de cor parda, 70% dos de cor branca. Em resumo, tem-se uma região ruralizada, movida pela agropecuária. Apesar de ser uma região rica, ainda apresenta desigualdades sociais de gênero e cor.

Cluster 02: O leste e o centro de Minas: a “média” mineira

De todos, é o *cluster* mais espalhado geograficamente pelo estado. Majoritariamente, encontra-se no leste e no centro de Minas Gerais. Possui a maioria de seus indicadores abaixo da média, porém bem próximos a ela, o que não o torna um *cluster* com muitas peculiaridades que sirvam para diferenciá-lo dos restantes. Entretanto, pode-se dizer que seus indicadores representam a média das características do desenvolvimento mineiro.

Os destaques (negativos) são os baixos níveis de formalização do trabalho (apenas 44% dos empregados têm carteira assinada) e de infraestrutura. Exemplos de microrregiões presentes neste *cluster* são Montes Claros e Teófilo Otoni. Abrange a região vale do Mucuri e está parcialmente inserido nas mesorregiões do Vale do rio Doce e da Zona da mata mineira.

Cluster 03: Região Metropolitana de Belo Horizonte: a urbanidade

Apesar do *Cluster* 03 ser formado por apenas uma microrregião, esta é composta pelos três municípios mais ricos de Minas Gerais (Belo horizonte, Betim e Contagem) além de outros 21. É o conglomerado com maior rendimento médio mensal (R\$ 1.814,09), o que representa mais do que o dobro da média do resto dos clusters. Também é o cluster mais estruturado, com, por exemplo, os maiores índices de esgotamento e instalação de internet (44% dos domicílios têm acesso à internet).

A microrregião de Belo Horizonte lidera outros índices como a densidade demográfica (819,40 hab/km²; índice 17 vezes maior do que o restante de Minas Gerais) e o índice de urbanização, com sua população urbana sendo 99% do total. A porcentagem de pessoas maiores de 25 anos com ensino fundamental completo é a maior do estado: 59%. Em resumo, seu padrão de desenvolvimento é urbano, puxado pelo setor terciário e pela indústria (presença da Fiat na cidade de Betim, por exemplo).

Cluster 04: O Norte de Minas: a caatinga e o semiárido

O *cluster* 04 é formado por 11 microrregiões (Grão Mogol, Salinas, Capelinha, entre outros) e fica situada no Norte de Minas Gerais, região conhecida por apresentar, alto nível de pobreza e forte seca. É a região pior posicionada em quase

todos os indicadores estudados neste trabalho (indicadores de infraestrutura, de educação e de emprego). Apresenta também a menor urbanização, cerca de 57%; apenas 31% dos domicílios têm rede de esgoto e 9% possui acesso à internet; apresenta o maior número de pessoas ganhando até meio salário mínimo (16% do total) e poucas pessoas acima de 25 anos têm ensino fundamental completo (26%, o menor entre todos).

O *cluster* está inserido no bioma caatinga e no Vale do Jequitinhonha; o que propicia presença da agricultura familiar na região. Prova disso é que apresenta uma das maiores taxas de produção familiar sobre o produto total (42%).

Em contrapartida, em média, a renda da mulher é 78% da renda homem, melhor índice dentre todos os *clusters*. Os habitantes pardos ganham mais que o dobro (2,74 vezes) do que os de cor branca. Este número é o maior no estado, ficando bem acima da média, o que faz deste cluster o menos relacionado a questões de desigualdade de gênero e de cor na região.

Cluster 05: O Sul de Minas Gerais: O Quadrilátero Ferrífero e o Turismo

Engloba 26 microrregiões, dentre elas, Ouro Preto (inclusive o município de Mariana, importante cidades históricas e pólos mineradores de ferro e manganês), Poços de Caldas e Juiz de Fora.

Seus indicadores estão na média do Estado, mas pode-se dar destaque às boas taxas de escolaridade e regularização do trabalho (sendo 65% a porcentagem trabalhadores com carteira assinada dentre todos os empregados). São poucas as pessoas não remuneradas na região (apenas 3%) e pequeno o número de habitantes com baixa remuneração.

A economia é puxada pelo quadrilátero ferrífero, que se encontra situado principalmente nas microrregiões de Ouro Preto (já mencionado) e Itabira, sendo responsável por 60% de toda produção de minério de ferro do país, apresentando importantes empresas de mineração (como a VALE e a SAMARCO). Além da cidade de Ipatinga (presença da USIMINAS, empresa do setor siderúrgico).

A região também é produtora de café, tendo semelhanças históricas de desenvolvimento com a região vizinha, São Paulo. O turismo histórico das cidades de Ouro Preto e Mariana, além dos atrativos (fontes de águas minerais usadas em diversas terapias) de Poços de Caldas são importantes marcas desta região.

Perpassado a análise da região de Minas Gerais vamos focar na questão agrária do Estado, com um foco maior no Vale do Mucuri e Norte de Minas, que, como já foi apontado, possui um grande índice de pessoas envolvidas com agricultura familiar.

A questão agrária

Com a modernização pela qual passa a agricultura brasileira nos anos 1990, o agronegócio surge no país como uma forma “perversa” de latifúndio, ocultando o caráter explorador, concentrador e excludente do latifúndio. Nas palavras de Fernandes (2006), enquanto “o latifúndio efetua a exclusão pela improdutividade, o agronegócio promove a exclusão pela intensa produtividade.”

Segundo dados da CPT (1991), Minas Gerais é uma amostra desse modelo agrícola que vem sendo implantado no país. Pois, ao passo que consolidam projetos no setor da agroindústria, desaparecem os meeiros e posseiros no Norte do Estado. (CPT, 1991. p. 19)

Além de possuir, em sua formação territorial, uma estrutura composta por trabalho escravo e de produção para exportação, Minas Gerais possui outra característica em sua estrutura econômica agropecuária que segue a dinâmica do Brasil, sobretudo após a modernização da agricultura brasileira, a monocultura.

No caso do Norte de Minas e Vale do Jequitinhonha, tem-se a monocultura do eucalipto. Como afirma Brito (2012) “A monocultura de eucalipto é implantada no norte de Minas Gerais nas décadas de 1970 e 1980 com modelo de produção baseado na monocultura e no latifúndio em áreas de Cerrado, ocupando as chapadas.” (BRITO, 2012. P. 5). Estas áreas, segundo a autora, antes ocupadas pelas comunidades locais, “viraram propriedade privada de grandes empresas siderúrgicas e grupos empresariais que receberam incentivos fiscais, financiamentos e total apoio do Estado.” (BRITO, 2012. P. 5)

As lideranças empresariais urbanas, rurais e políticas, fortemente unificadas, concordaram com o modelo de desenvolvimento implantado na região e se beneficiaram dele. A organização e as ações dessas elites, entre 1960 e

2000, permitiram chegar às seguintes conclusões: a) as elites apresentam uma organização razoável; b) agiram de forma unificada para a obtenção de investimentos em infraestrutura, manutenção e extensão de incentivos fiscais e de crédito; c) percebiam o Estado como um importante agente para o desenvolvimento; d) não mediram esforços para atrair capitais de fora da região, com o auxílio do Estado, pois entendiam que os investimentos privados tirariam a região do atraso e da condição “colonial” e; e) participaram ativamente do processo de modernização. Na verdade, os objetivos passavam, em primeiro lugar, pelos benefícios particulares de uma elite que desde então tem no Estado um suporte fundamental para o processo de acumulação de riquezas. (PEREIRA, 2007, *apud* SANTOS E SILVA, 2011. P. 15)

Mais uma vez tem-se a intervenção estatal em benefício do acúmulo de capital de uma pequena classe – os latifundiários, no processo de modernização econômica, desta vez, na região do Norte de Minas, com vistas a atender o mercado externo.

Essa dinâmica da monocultura voltada para a exportação, concentrou ainda mais as terras e aumentou assim a desigualdade social, levando os pequenos agricultores afetados a se mobilizarem e participarem de movimentos sociais para resgatarem seus direitos.

Segundo Cleps Júnior *et al.*, (2008) “no estado de Minas Gerais, assim como no Brasil, a ocupação é um importante meio de acesso à terra, visto que a entrada em latifúndios improdutivos tem sido a principal ação da luta dos movimentos socioterritoriais.” É por meio das ocupações que os trabalhadores rurais expropriados realizam as suas lutas.” (CLEPS JÚNIOR, J. *et al.*, 2008. p. 892).

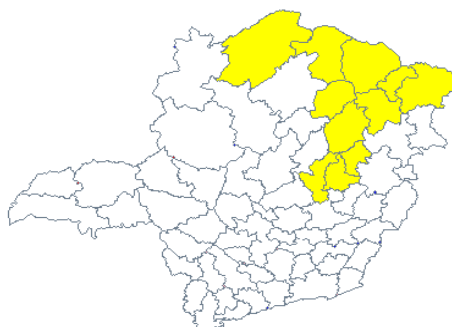
Quanto a realidade das ocupações de terras, Minas Gerais tem sido considerado um dos estados com maior número de ocupações e elevada atuação de movimentos de luta pela terra, tanto que no período de 1988 a 2005, o Estado foi o 5º colocado com maior número de ocupações entre as outras unidades da federação e o sendo na região Sudeste (DATA LUTA, 2005).” (CLEPS JÚNIOR, J. *et al.*, 2008. P. 897).

Ainda:

De acordo com Fernandes (1999), com base no DATALUTA, os primeiros assentamentos rurais do estado de Minas Gerais foram criados em 1986, frutos de uma luta árdua travada entre o governo Federal e Estadual, principalmente com o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) que foi em princípio um dos primeiros movimentos sociais a se instalarem no estado.” (CLEPS JÚNIOR, J. *et al.*, 2008. P. 903)

Ou seja, podemos identificar que Minas Gerais é um estado com forte atuação dos movimentos sociais na luta pelo direito a terra, sendo que o MST se instalou no estado em 1986, ainda no início da formação desse movimento, com o objetivo de resistir e ocupar os latifúndios, sobretudo na região Norte, Vale do Jequitinhonha e Mucuri, onde podemos observar, de acordo com o mapa abaixo, microrregiões em que todos os indicadores (infraestrutura, educação e emprego) encontram-se abaixo da média mineira.

Mapa da Região Norte de Minas Gerais



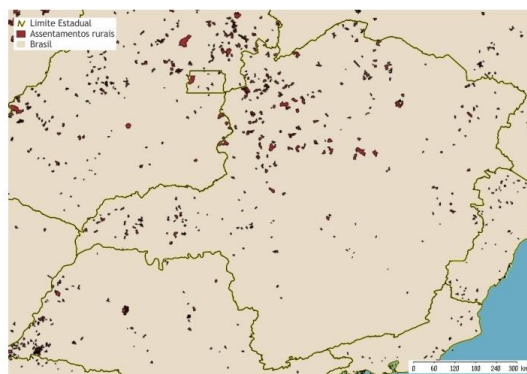
Fonte: Elaboração própria. 2017

Na ilustração, está destacada a região do Norte de Minas, onde predomina a vegetação de caatinga e semiárido.

Podemos observar os assentamentos rurais no Estado de Minas Gerais. Identificamos como assentamento rural uma política pública de acesso à terra para a agricultura familiar, em que desapropriam-se as terras improdutivas, os trabalhadores rurais ocupam essas terras, e criam-se estruturas de assentamentos de reforma agrária.

Podemos perceber, de acordo com os dados da Ilustração 8, que a maior parte dos assentamentos em Minas Gerais estão localizados na região Norte do Estado.

Assentamento rural de Minas Gerais (2003)



Fonte: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA — Incra. Acervo fundiário - i3Geo. Brasília, 2013. Acesso em: 12 de abril de 2017.

Em relação aos assentamentos rurais no Estado de Minas Gerais, de acordo com Borges e Freitas (2012):

O controle territorial exercido pelo agronegócio e/ou latifundiário é questionado pela luta dos camponeses, que no pós-ditadura tem conseguido avanços em termos de terras conquistadas. É preciso destacar que na Reforma Agrária existem diferentes formas de obtenção dos assentamentos rurais. Em Minas Gerais existem desapropriação, reconhecimento/regularização, compra, doação e transferência. No estado de Minas Gerais a maioria é obtido por meio da desapropriação e regularização, primeiro devido a luta pela terra realizada pelos camponeses, concentrando-se principalmente nas Mesorregiões Geográficas do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, Noroeste de Minas e Norte de Minas, e segundo pela luta dos grupos remanescentes de quilombolas, localizando-se principalmente na Mesorregião Norte de Minas. (BORGES E FREITAS, 2012. p. 7).

Assim, percebemos que a ocupação de terras e sua desapropriação são as principais formas de luta dos movimentos socioterritoriais contra esse modo de produção altamente concentrador de riquezas, onde o agronegócio tenta controlar

todos os espaços, tanto políticos quanto territoriais, para dominar o Estado e não deixar que se faça uma Reforma Agrária Popular.

Nesse contexto, os territórios que anteriormente estavam nas mãos de capitalistas e especuladores imobiliários aguardando o aumento da valorização das terras e nada produzindo, após a criação dos assentamentos tornaram-se espaços de novas sociabilidades e de produção de alimentos. (BORGES E FREITAS, 2012. p. 7).

Para tentar combater a proposta de reforma agrária popular dos trabalhadores, ou seja, uma reforma agrária que atenda as demandas da sociedade em sua totalidade, desconcentrando as terras, foi criada a Reforma Agrária de Mercado (RAM), segundo Borges e Freitas (2012), a RAM é “desenvolvida numa perspectiva diferente, baseada na compra de terra. Ela surge para combater as crescentes ocupações de terras lideradas pelos movimentos sociais rurais.” (BORGES E FREITAS, 2012. p. 8). Ou seja, o agronegócio cria a RAM para tentar mercantilizar até mesmo a possível reforma agrária, pressionando o Estado para combater a luta dos movimentos socioterritoriais. Dessa forma:

No estado de Minas Gerais, temos a criação dos assentamentos RAM nas Mesorregiões Geográficas Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, Noroeste e Norte de Minas, Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Zona da Mata e Sul de Minas. Ao espacializarmos a localização desses assentamentos, observamos que duas Mesorregiões destacam-se, Zona da Mata e Sul de Minas.” (BORGES E FREITAS, 2012. p. 9).

No entanto, os trabalhadores rurais, sobretudo os agricultores, da chamada agricultura familiar, resistem nesse combate contra os grandes proprietários do agronegócio, produzindo para subsistência e comércio, com diversidade de produtos e sem o uso de produtos químicos, em pequenas propriedades. No Vale do Mucuri, de acordo com o GEPAF (2010) “As comunidades de agricultura familiar estão literalmente estranguladas nas áreas que não são de interesse dos fazendeiros,

geralmente as propriedades se encontram nas áreas mais altas, menos férteis, que apresentam maior dificuldade para o cultivo.” (GEPAF, 2010. P. 37)

Os programas específicos para agricultura familiar promovem transferência de renda ou estimulam a produção. Surgiram na década de 1970, concebidos inicialmente para paliar os efeitos negativos da modernização agrícola nas regiões consideradas periféricas, por meio da distribuição de benefícios como equipamentos produtivos para melhoria da infra-estrutura comunitária e assistência social. No começo abarcavam grande número de prioridades e envolviam muitas agências públicas; nos anos 80 esses programas foram redesenhados, passando a ter um elenco reduzido de prioridades e agências, agindo pontualmente nas comunidades, geralmente sob a coordenação da Emater/MG ou da Secretaria Estadual do Trabalho. Depois, a universalização dos direitos previdenciários nos anos 90 estendeu aposentadorias e pensões à população rural, relativamente envelhecida pela emigração definitiva de jovens e pela imigração de retorno de trabalhadores urbanos. O Pronaf, surgido nos anos 90, criado com o propósito de estimular a produção, aumentou bastante sua presença no Jequitinhonha depois dos anos 2003/2005, principalmente nos municípios onde a Emater/MG é mais ativa. Finalmente, nos anos 2000, as transferências em dinheiro (bolsas e, depois, Bolsa Família) atingiram grande parte dessas famílias rurais. (Ribeiro *et all.*, 2007. p. 9)

Apesar de alguns investimentos feitos nos últimos anos neste setor, a agricultura familiar ainda sofre com o descaso do governo, que não tem interesse em melhorar as condições de produção e qualidade de vida do produtor rural, sobretudo nas regiões periféricas do Estado de Minas Gerais.

Atualmente, a região do Mucuri continua a se integrar na economia estadual e nacional por meio de sua especialização no comércio de pedras semipreciosas e na exportação de produtos agropecuários de baixo valor agregado, especialmente da pecuária leiteira. Em 2004, os Vales do Mucuri e do Jequitinhonha, que constituem uma mesma região de planejamento do governo estadual mineiro com 66 municípios e pouco mais de 5% da população do Estado, contribuíram com 1,87% do Produto Interno Bruto (PIB) estadual. O que predomina nas duas regiões é uma pecuária extensiva e uma agricultura de subsistência, tendo ambas padrões tecnológicos de baixa sustentabilidade. (GEPAF, 2010. P. 59, 60)

Essa precariedade na infraestrutura, segundo o GEPAF (2010), limita o desenvolvimento regional, pois dificulta o escoamento dos produtos dessas regiões. Enquanto a maioria das terras agricultáveis da região está sob o domínio das grandes empresas, que produzem poucos alimentos e a maior parte de produtos é para exportação.

Sendo assim, podemos observar que a ação do setor público no estado de Minas no período analisado não estava voltada para o desenvolvimento regional, ou seja, para resolver a questão dos desequilíbrios regionais deste estado. Pelo contrário, as políticas adotadas aprofundaram ainda mais as desigualdades, concentrando as terras e expulsando os trabalhadores rurais do campo, forçando-os a procurar outros meios de subsistência.

Considerações finais

Podemos observar que no estado de Minas Gerais, houve, ao mesmo tempo, o aumento das desigualdades sociais e, com isso, intensificaram no estado a luta dos trabalhadores com o intuito de resgatarem seus direitos, pois para estes, sobram apenas as políticas de compensação social ou o êxodo rural. Eles são colocados em segundo plano na produção, ficando “a mercê” de alguns setores da agroindústria.

Conclui-se que a necessidade de um novo conceito de se fazer reforma agrária no país persiste, pois, a desigualdade territorial continua a exercer grandes efeitos de desigualdades sociais, sobretudo no quesito má distribuição de renda. Destaca-se a importância de se continuar a pesquisa, pois muitos outros aspectos precisam ser analisados, como educação de qualidade, oportunidades no mercado de trabalho, acesso a bens culturais, para se entender a relação da divisão das terras e as esferas da sociedade brasileira em âmbito nacional e mineira em âmbito regional.

Referências

ANTUNES, Ricardo. **A morfologia do trabalho no Brasil: Reestruturação e precariedade**. Este artigo é cópia fiel do publicado na revista Nueva Sociedad especial em português, junho de 2012, ISSN: 0251-3552, <www.nuso.org>.

BAER, Werner. **A economia brasileira**. Tradução de Edite Sciulli. São Paulo: Nobel, p.197-268, 2009, 3ª edição.

BOITO JR., Armando. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil**. São Paulo, Editora Xamã, 1999.

BORGES VICTOR, Fabiana; FREITAS, Ricardo Luis de. **Atualidade da reforma agrária em minas gerais: uma análise dos tipos de assentamentos rurais**. 2012. XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária.

BRITO, Isabel Cristina Barbosa. **A rede movimento Social dos geraizeiros do Norte de Minas**. VI Encontro Nacional da Anppas. 18 a 21 de setembro de 2012. Belém - PA – Brasil

CANO, Wilson. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. UNICAMP, 1975.

CARINHATO, Pedro Henrique. **Neoliberalismo, reforma do Estado e políticas sociais nas últimas décadas do século XX no Brasil**. AURORA. Ano II. Número 3 – DEZEMBRO de 2008. ISSN: 1982-8004 www.marilia.unesp.br/aurora.

CARNEIRO, Ricardo. **Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX**. São Paulo: Editora UNESP, IE - UNICAMP, 2002.

CLEPS JÚNIOR, J. et ALL. **Territorialidades da reforma agrária em minas gerais: uma contribuição para a compreensão das lutas no campo no período 2000-2006**. 2008. ENGRUP, São Paulo, pp. 884-911.

CPT NAC. **Espinhoso caminho para a liberdade. Conflitos no campo – 1990**. Edições Loyola. 1991.

DINIZ, Clélio Campolina. **Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira** – Belo Horizonte: Imprensa da UFMG, 1981.

DULCI, Otavio Soares. **João Pinheiro e as Origens do Desenvolvimento Mineiro. Minas e os Fundamentos do Brasil Moderno**. GOMES, Ângela de Castro (org.) Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis, RJ. Vozes. 2000.

Agronegócio e Reforma Agrária. Disponível em:

http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/AgronegocioeReformaAgrariaA_Bernardo.pdf 2006. Acesso em: 01/04/2017.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo. Companhia das Letras, 2007.

_____. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GEPAF – Grupo de Pesquisa em Agricultura Familiar. **Atualização do plano de desenvolvimento territorial rural sustentável: Território da cidadania Vale do Mucuri - MG/Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri**. Pró-reitoria de Extensão. Teófilo Otoni: UFVJM, 2010.

GORENDER, Jacob. **Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro/A Questão Agrária na década de 90**. Coord. João Pedro Stédile. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

GRAZIANO DA SILVA, José. **Do complexo rural aos complexos agroindustriais**. In: A nova dinâmica da agricultura brasileira. Campinas: UNICAMP /IE, 1996.

_____. **O novo rural brasileiro**. 2002. Instituto de Economia – IE-UNICAMP. 2ª Ed.

_____. **Viabilidade de uma reforma agrária em São Paulo/A Questão Agrária na década de 90**. Coord. João Pedro Stédile. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Site: www.incra.gov.br/content/o-incra (acesso em 12/05/2016).

LACERDA, Antônio Corrêa [et al.]; Organizadores: José Márcio Rego, Rosa Maria Marques; colaboração especial Rodrigo Antonio Moreno Serra. **Economia Brasileira — 4.ed. — São Paulo : Saraiva, 2010**.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da Dependência**. Petrópolis: Vozes/ Buenos Aires:Clacso, 2000.

MARTINS, José de Souza. **Reforma Agrária: o impossível diálogo**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 2005.

MENDONÇA, Sônia Regina. **A Questão Agrária no Brasil: a classe dominante agrária – natureza e comportamento 1964-1990**. Sônia Regina Mendonça; João Pedro Stedile (org) 2ª Ed. São Paulo. Expressão Popular. 2010.

ONOFRE, Gisele. e CÉSAR SUZUKI. Júlio. **Reflexões sobre a reforma agrária no Brasil**. 2008.4º ENCONTRO NACIONAL DE GRUPOS DE PESQUISA – ENGRUP, São Paulo, pp. 1013-1034.

PEREIRA, Camila Amaral. **A Industrialização de Minas Gerais Sob a ótica do Governador Benedito Valadares (1933-1945)**. IV Seminário de Ciências Sociais Aplicadas – 20 a 22 de maio de 2014

JOÃO PINHEIRO DA SILVA: ORGANIZAÇÃO NACIONAL E DINÂMICA ECONÔMICA (1890-1908). Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. 2016.

POLINSKI, Anna Cláudia; PINTO, Larissa Bastos. **Política Agrária no Brasil**. IV Congresso Paranaense de Assistentes Sociais. 2009.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães, *et all*. **Agricultura familiar e programas de desenvolvimento rural no Alto Jequitinhonha**. Revista de Economia e Sociologia Rural. Vol 45. n. 4. Brasília, 2007.

SANTOS, Gilmar Ribeiro dos; SILVA, Ricardo dos Santos. **Desenvolvimento regional no Norte de Minas Gerais**. 35º Encontro Anual da ANPOCS. – Desenvolvimento em perspectiva: teorias, experiências e projetos políticos. UNIMONTES. 2011.

STEDILE, João Pedro. **A Questão Agrária no Brasil: O debate tradicional -1500-1960**. 1ª ed. São Paulo. Expressão Popular, 2005.

Uma outra matriz produtiva. *Le Monde Diplomatique – Brasil*. 2009. Disponível em: <http://diplomatique.org.br/uma-outra-matriz-produtiva/> Acesso em 15/02/2017.

A Questão Agrária no Brasil: O debate na década de 1990. 2ª ed. São Paulo. Expressão Popular, 2013.

A Questão Agrária no Brasil: O debate na década de 2000. 1ª ed. São Paulo. Expressão Popular, 2013.

WIRTH. John D. **O fiel da balança: Minas Gerais na Federação Brasileira**/ John D. Wirth;

Processo de Avaliação por Pares: (*Blind Review* - Análise do Texto Anônimo)

Publicado na Revista Vozes dos Vales - www.ufvjm.edu.br/vozes em: 10/2017

Revista Científica Vozes dos Vales - UFVJM - Minas Gerais - Brasil

www.ufvjm.edu.br/vozes

www.facebook.com/revistavozesdosvales

UFVJM: 120.2.095-2011 - QUALIS/CAPES - LATINDEX: 22524 - ISSN: 2238-6424

Periódico Científico Eletrônico divulgado nos programas brasileiros *Stricto Sensu*

(Mestrados e Doutorados) e em universidades de 38 países,

em diversas áreas do conhecimento.